

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

19
Abril
2017



CLIP PING TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

BANHO DE ÁGUA FRIA...

TCES barra estudo de Vitória para tirar saneamento da Cesan

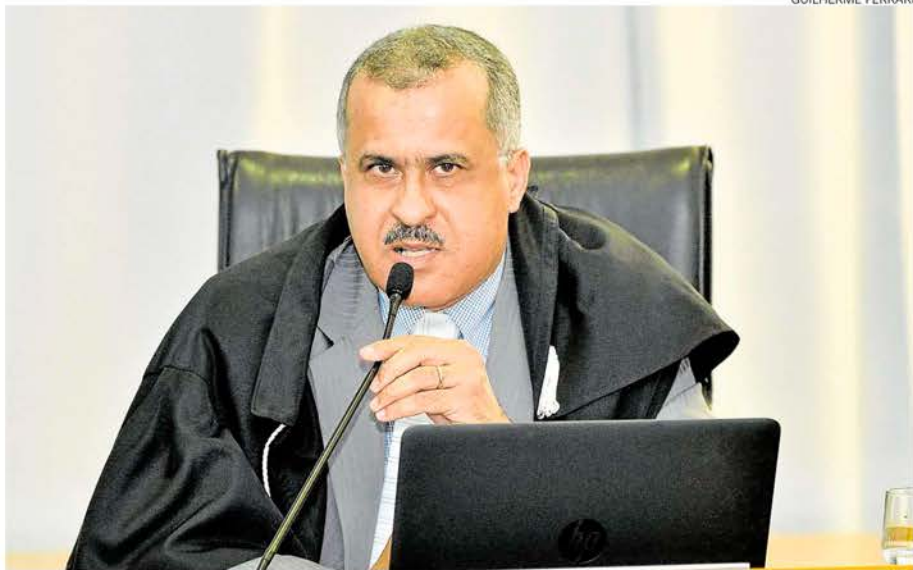
Entendimento na Corte é de que serviço deve ser definido em acordo com governo do Estado

LETÍCIA GONÇALVES
lgoncalves@redgazeta.com.br

A Prefeitura de Vitória autorizou, mas o Tribunal de Contas do Estado (TCES) barrou, ontem, a realização de um estudo para a mudança no modelo de concessão dos serviços de saneamento – água e esgoto – na Capital. De acordo com publicação do Diário Oficial municipal do último dia 6, uma empresa do Paraná, a Conasa, realizaria o estudo em 120 dias. O objetivo era elaborar um plano para a operação dos serviços por um período de 30 anos.

Hoje, quem atua no fornecimento de água e no tratamento de esgoto em Vitória é a Cesan, empresa que tem como acionista majoritário o governo do Estado. Após o estudo, a companhia poderia ser substituída por outra empresa em Vitória por meio de parceria público-privada, por exemplo. E foi a Cesan que acionou o TCES. Por meio de uma representação, a companhia pediu a suspensão da realização de qualquer estudo sobre a operação do sistema de saneamento básico.

A alegação é que uma lei, a Lei Estadual nº 6.871/2001, estipula que a Cesan deve ser a “única e exclusiva prestadora dos serviços de saneamento básico no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória” por um período de



GUILHERME FERRARI

Para o conselheiro substituto Marco Antônio da Silva, o município não pode definir sozinho sobre saneamento

50 anos, o que foi referendado pela Lei Complementar nº 325, de 2005. O conselheiro do TCES Rodrigo Chamoun ressaltou, durante a sessão de ontem, que ainda restariam 33 anos de exclusividade da Cesan para prestar o serviço.

O relator do caso foi o conselheiro substituto Marco Antônio da Silva. Na última segunda-feira ele expediu decisão cautelar a favor da Cesan. A posição foi confirmada ontem pelo plenário do TCES. Apenas o conselheiro Carlos Ranna divergiu do colega. Ranna queria conceder um prazo de cinco dias para a Prefeitura de Vitória se manifestar

INVESTIMENTO

R\$ 3,18 bilhões

Seria o investimento da nova concessionária para operar o modelo de saneamento em Vitória, o que hoje cabe à Cesan.

antes de referendar a determinação, mas foi vencido.

No voto, Marco Antônio cita o argumento da Cesan quanto às leis citadas e lembra que o Supremo Tribunal Federal (STF) já definiu que, no caso das regiões metro-

politanas, um município não pode, isoladamente, tomar uma decisão quanto ao modelo de concessão do serviço de saneamento, algo que deve contar, além dos demais municípios, com participação do governo do Estado, segundo ele.

“Não pode prevalecer o interesse de um determinado ente federativo sobre a decisão ou interesse dos demais entes da federação diretamente interessados, in casu, aqueles que compõem a Região Metropolitana, sobretudo num momento de recursos hídricos escassos”, escreveu o relator.

O processo continua a tramitar no TCES. A Pre-

feitura de Vitória poderá se manifestar, mas, por enquanto, os planos permanecem suspensos.

O OUTRO LADO

Em março A GAZETA mostrou, com exclusividade, a intenção da Prefeitura de Vitória de conceder o serviço a outra empresa em meio a críticas à atuação da Cesan na cidade.

O secretário de Gestão Estratégica de Vitória, Fabrício Gandini, argumentou que, hoje, a Cesan opera na Capital sem qualquer contrato formal.

Conforme A GAZETA apurou também com fontes técnicas da administração

VOTO DO RELATOR

“Não pode prevalecer o interesse de um determinado ente federativo sobre a decisão ou interesse dos demais entes da federação diretamente interessados”

“É imprescindível a participação do Estado para disciplinar matéria sobre o serviço de saneamento básico em regiões metropolitanas”

MARCO ANTÔNIO DA SILVA CONSELHEIRO

municipal, há divergências sobre se o que a Cesan cobra dos moradores pelos serviços de água e esgoto condiz com o que efetivamente é investido na cidade.

Após sofrer o revés no TCES, ontem, a Procuradoria Geral do Município informou, por meio de nota, que assim que tomar conhecimento do teor da decisão adotará as medidas necessárias. A Cesan, por sua vez, avalia que a decisão do TCES está “alinhada com os entendimentos dos tribunais superiores, que estabelecem que a gestão do saneamento para a Região Metropolitana é compartilhada entre Estado e municípios”.

UMA VERDADEIRA QUEDA DE BRAÇO

Interesse

Em fevereiro, a Companhia Nacional de Saneamento (Conasa), empresa com sede em Londrina (PR), procurou a Prefeitura de Vitória e manifestou interesse em estudar um novo modelo para o sistema de água e esgoto da Capital.

Decreto

No fim daquele mês, o prefeito de Vitória, Luciano Rezende (PPS), assinou um decreto estabelecendo diretrizes para a elaboração do estudo, e abrindo a



possibilidade de a prefeitura receber outras avaliações do serviço.

Pré-projeto

A Conasa apresentou ao conselho gestor de PPPs da Companhia de Desenvolvimento de Vitória, no início de março, um pré-projeto indicando a viabilidade de uma nova concessão, ou de uma PPP, pelos próximos 30 anos, para modificar todo o sistema de saneamento de Vitória. O conselho aprovou o pré-estudo.

Estudo

No último dia 6, o Diário Oficial da prefeitura registrou que o conselho



autorizou a Conasa a realizar um estudo propriamente dito, com

prazo de 120 dias, sobre a concessão do serviço de saneamento básico. A ideia era não aumentar a tarifa para o usuário final; ampliar o índice de cobertura de água em 100% em dois anos; diminuição dos índices de perdas de água até o limite de 25%; atendimento de 90% de esgoto em dois anos; 95% de tratamento de esgoto em 5 anos; 100% de tratamento de esgoto em dez anos.

Divergência

De acordo com a Cesan,

Vitória tem 100% de cobertura de água tratada e a companhia trata 89% do esgoto. O secretário de Meio Ambiente de Vitória, Luiz Emanuel Zouain, no entanto, diz que não há 100% de cobertura. A prefeitura até acionou a Justiça contra a Cesan devido à falta de água em cinco bairros. E o pré-estudo da Conasa aponta que o tratamento de esgoto na Capital, hoje, é da ordem de 77% e não de 89%, como alega a Cesan.

Tozi vira réu em ação de improbidade

Ex-secretário de Estado da Saúde é acusado por fraude na contratação de serviço de informatização de unidades hospitalares

Brunella França

A 3ª Vara da Fazenda Pública Estadual recebeu uma ação de improbidade administrativa contra o ex-secretário estadual de Saúde, Anselmo Tozi. Ele esteve à frente da pasta de 2005 a 2010.

A denúncia do Ministério Público Estadual (MP-ES) acusa Tozi por fraude na contratação dos serviços de informatização de unidades hospitalares. Além dele, o MP-ES também denunciou a empresa MV Informática Nordeste, que recebeu mais de R\$ 20 milhões para fornecer os programas de computador para gestão hospitalar.

Tanto o ex-secretário quanto a empresa têm o prazo de 15 dias para responder às acusações.

“Existem indícios das práticas noticiadas nos relatórios acostados aos autos, que trouxeram prejuízo grande ao erário público, inclusive por contratações aparentemente irregulares por cerca de 7 anos, descumprimento parcial das cláusulas acordadas, entre outras”, escreveu o juiz que recebeu a ação, Júlio César Costa de Oliveira.

Na denúncia, o Ministério Público apontou suspeitas de irregularidades na dispensa de licitação para contratação do Projeto Saúde Digital, inicialmente pelo valor de R\$ 3,4 milhões.

Segundo o MP-ES, após a vigência do primeiro contrato, houve uma nova contratação, sem licitação, com a inclusão de novos serviços no valor de R\$ 19 milhões. O contrato teve ainda um aditivo de quase R\$ 2 milhões.



ANSELMO TOZI disse que sempre atuou com zelo aos recursos públicos

De acordo com o MP-ES, as irregularidades teriam sido confirmadas pela Secretaria de Estado de Controle e Transparência (Secont), em auditoria realizada em 2011.

Na ação de improbidade, a promotora pediu a condenação de Anselmo Tozi às sanções previstas em lei, que vão desde a suspensão dos direitos políticos até a perda de eventual função pública.

Atual diretor da Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH), Tozi afirmou, por meio

de nota, que é inocente.

“Durante a instrução processual, terei a oportunidade de provar que não cometi qualquer ato de improbidade administrativa, e que sempre geri a Secretaria de Saúde com zelo e respeito aos recursos públicos, respeitando os princípios da moralidade e estrita legalidade”, escreveu.

Ele defendeu ainda a informatização dos serviços de saúde como condição indispensável para o atendimento aos cidadãos.

Criação do Parque Marista celebra vitória do movimento popular de Vila Velha

Uma empresa de cosméticos foi condenada a indenizar uma cliente, por danos morais, em R\$ 5 milhões. Uma vitória do movimento popular. Esse é o significado do processo de criação do mais novo parque municipal de Vila Velha, bem no centro da cidade. O Parque Marista, como está sendo chamado, é uma reivindicação antiga da Associação de Moradores da Praia da Costa (AMPC) e foi indicado como prioritário pelo Fórum Popular em Defesa de Vila Velha (FPDVV) para investimentos dos recursos oriundos de uma compensação ambiental gerada na Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) impetrada pelo Ministério Público Estadual (MPES) e que tramita no Tribunal de Justiça do Estado (TJES).

A Adin foi resultado de uma denúncia do Fórum Popular no MPES contra a Lei 5441, proposta pela prefeitura e aprovada pela Câmara, em 2012, que promovia um retrocesso no Plano Diretor Municipal (PDM), permitindo construções em locais definidos como de interesse de preservação ambiental pela Lei 5430, aprovada dois meses antes.

Segundo relembra Irene Léia Bossois, do FPDVV, a Lei 5441 permitia que os projetos de construção civil levados à prefeitura até o dia 28 de maio de 2012 seriam analisados de acordo com o PDM anterior à Lei 5430, o que é ilegal.

Diante da cumplicidade da Câmara de Vereadores, o MPES acolheu a causa popular e entrou com a Adin, gerando um valor de aproximadamente R\$ 53 milhões de compensação ambiental. O valor foi questionado pelo Sindicato das Empresas de Construção Civil (Sinduscon-ES) e a ação, ao invés de ser julgada, foi para uma Câmara de Conciliação do TJES – formada pelo FPDVV, a AMPC, o Sinduscon e a Prefeitura – onde tramita há mais de um ano.

Apesar de o valor da compensação ainda não estar definido, alguns investimentos já foram apontados para serem feitos pelo Sinduscon, sendo o Parque Marista o primeiro, por já haver um projeto arquitetônico bem desenvolvido. “O Sinduscon tem até o dia 12 de maio pra apresentar o projeto executivo do Parque”, informa Irene.

Serão construídas trilhas, projeto hidráulico, centro de recepção, estacionamento, pista para caminhadas, mirantes, banheiros, coleta e reutilização de água da chuva e recuperação da mata nativa. O projeto deve ser implementado em etapas, a começar pela limpeza, a ser iniciada logo após a Festa da Penha. O prefeito Max Filho (PSDB) já realizou visita técnica na área, localizada na região do antigo Sítio Batalha.

Dentro da mesma Adin, a compensação ambiental deve financiar também a revitalização do Parque da Prainha e a implementação do Parque do Morro do Moreno.

TRF-RJ/ES divulga resultados da redação e estudo de caso do concurso

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-RJ/ES) divulgou os resultados preliminares das redações (técnicos e analistas da área administrativa) e estudos de caso (analistas das áreas judiciária e oficial de justiça) do concurso TRF-RJ/ES. As notas podem ser consultadas, de forma individual, no site da Consulplan. Na redação, estará apto quem conseguir 18 dos 30 pontos (técnico) ou 12 dos 20 (analista). No estudo de caso, será aprovado quem conseguir pelo menos 18 pontos.

Quem discordar da pontuação obtida poderá recorrer, na página eletrônica da organizadora nestas quarta e quinta-feiras, dias 19 e 20. Os resultados finais dessas avaliações estão programados para saírem até o dia 15 do próximo mês (primeira quinzena de maio). O TRF-RJ/ES também divulgou os padrões de resposta das redações e estudos de caso.

O resultado final do concurso e a homologação estão previstos para o fim de maio, com início das chamadas dos selecionados de forma imediata. O concurso do TRF-RJ/ES visa à formação de cadastro de reserva, para ser utilizado durante o prazo de validade, de dois anos, podendo dobrar. Os classificados para técnico terão, a partir de junho, ganhos de R\$7.320,28, e os analistas, de R\$11.063,80. O regime de contratação é o estatutário, que garante a estabilidade.

ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Três meses sem atendimento por causa de greve

A paralisação dos médicos é motivada, principalmente, por atraso nos pagamentos

▲ **TATIANA MOURA**
tmoura@redgazeta.com.br

Aos 84 anos, a aposentada Alaíde Aguiar Gama sofre com Mal de Alzheimer e está há cerca de três meses sem se consultar com um médico no Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, no Centro de Vitória. Esse drama é enfrentado não só pela idosa como por outros centenas de associados que estão sem atendimento por causa de uma greve dos médicos que trabalham no ambulatório, que já dura três meses.

“Minha mãe precisa consultar com geriatra. Para pegarmos o medicamento dela no Centro Regional de Especialidades (CRE) dependemos de uma receita. Como ele não está atendendo, estamos tendo que comprar o remédio”, desabafa a funcionária pública Alair Aguiar Gama, 52, filha de dona Alaíde.

Segundo Alair, apesar de os atendimentos estarem paralisados, a mensalidade de R\$ 246,00 é cobrada da

mãe normalmente. E nesse período de greve teve até um acréscimo, superior a 5%.

Os médicos relatam que a greve é motivada por atraso no depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), falta de medicamentos e principalmente por atraso nos pagamentos.

“Há médicos que estão há cinco meses sem receber. O salário é a nossa subsistência”, relata a fisiatra e diretora do Sindicato dos Médicos Maria da Penha Gobbi.

LIMINAR



“A desembargadora Wanda Lúcia Costa nos concedeu uma liminar declarando a greve dos médicos ilegal e abusiva”

GUSTAVO STEFENONI
DIRETOR-GERAL

De acordo com o diretor geral do Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo Gustavo Stefanoni, os salários estavam atrasados devido a questões que afetaram as finanças do hospital. Ele assegura que foram feitas inúmeras propostas de acordo aos médicos, que nunca foram aceitas. E por isso, ontem, a diretoria ingressou com um pedido de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região.

“A desembargadora Wanda Lúcia Costa Leite de Franca Decuzzi nos concedeu uma liminar declarando a greve dos médicos ilegal e abusiva, determinando que eles retomem imediatamente ao trabalho. Foi fixada uma multa de R\$ 5 mil, por dia, contra o Sindicato dos Médicos em caso de não retorno ao trabalho”, disse.

Quando à queixa das cobranças mesmo que os atendimentos estavam suspensos, Stefanoni esclareceu que elas foram mantidas para arcar com as despesas de atendimentos que estavam mantidos, tais como urgência e emergência. O reajuste, ele afirmou, foi comunicado aos associados.



Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, no Centro de Vitória

Médicos vão voltar a trabalhar, mas não informam quando

▲ Por entender que a greve é ilegal, no final da tarde de ontem, o Tribunal Regional do Trabalho concedeu uma liminar, no pedido de dissídio coletivo, determinando o retorno imediato dos médicos ao trabalho.

De acordo com a diretora do Sindicato dos Médicos, Maria da Penha Gobbi, a categoria acatará a decisão. Contudo, ela não informou se isso será feito de

forma imediata. “Vamos retornar para o trabalho, mas queremos saber como os nossos salários atrasados serão pagos”.

Um cirurgião, que prefere não ter a identidade revelada, afirma que os médicos ainda não foram notificados da liminar, mas quando isso acontecer, acatarão a decisão. “O sindicato ainda está debatendo o que a Associação alegou. Quando formos

notificados vamos atender”.

Quanto ao pagamento dos salários atrasados, o diretor-geral do Hospital da Associação dos Funcionários Públicos do Espírito Santo, Gustavo Stefanoni, assegurou que será marcada uma audiência junto ao Tribunal Regional do Trabalho para estipular de que forma eles serão quitados. A data da audiência ainda não foi definida.

FERNANDO MADEIRA - 24/11/2015

Condenado a 20 anos de prisão por estuprar filha

Dos lábios de uma criança de 6 anos a mãe, uma dona de casa de 49 anos, ouviu a frase: “O pai me beijava na boca, como beijo de namorado”. A menina também contou para a mãe que viu uma pinta na região íntima do acusado.

As revelações soaram como um alerta e a mulher procurou a delegacia. Ela descobriu que a filha era vítima de abusos. O pai da menina, um vigilante patrimonial de 50 anos, que trabalhava em um parque de Vitória, foi condenado pela Justiça a 20 anos pelo crime e foi preso no último dia 13. Ontem, ele foi apresentado à imprensa.

O caso foi em Vila Velha, mas o nome do acusado não será dito para preservar a criança.

O titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), delegado Lorenzo Pazolini, contou que a menina foi abusada dos 5 aos 6 anos. O homem tinha 48 anos. Ele e a mãe da menina eram separados e, por decisão judicial, a garota ficava a cada 15 dias com o pai.

“Os abusos aconteciam nos dias de visitas, e quando a mãe ia para o culto e pedia para o pai tomar conta. A menina narrou carícias, beijos, e sobre quando o pai a chamava para deitar no quarto para repousar”, contou o delegado.

Em maio de 2015, a mãe foi até a DPCA. A menina fez exames e foi constatado que ela permanecia virgem. Mas o próprio autor confessou o crime.

Num áudio divulgado pela polícia, o acusado fala que foi um lapso. “Foi um caso esporádico. Me arrependo muito”.

O inquérito policial foi concluído três meses após a denúncia. Nele, a polícia pediu a prisão do acusado. Mas a Justiça não acatou o pedido e só em 10 de dezembro de 2016 é que ele foi julgado e condenado.

O mandado de prisão foi expedido cinco dias depois. Mas ele só foi preso no último dia 13, às 5h30, quando saía do parque. Ele trabalhava no local há 13 anos. “Quando ele nos viu, falou: ‘Não sabia que a polícia trabalhava em feriado’ e chorou”.



CRIME FOI EM 2015

Vigilante é preso por estuprar a própria filha durante um ano

Ele foi julgado e condenado a 20 anos de prisão; criança tinha 5 anos na época do crime

GLACIERI CARRARETTO
gcarraretto@redgazeta.com.br

Um vigilante de 50 anos foi condenado a 20 anos de prisão por estuprar a filha, em Cariacica. A criança tinha 5 anos na época do crime e foi abusada sexualmente por cerca de um ano.

Os crimes aconteciam quando a mãe deixava a menina com o pai para ir ao culto ou ainda quando a vítima passava os finais de semana com o pai, que morava em outra casa.

Os pais da criança não moravam juntos e, por vezes, a vítima ficava na casa do pai, em 2015.

“O comportamento da menina chamou a atenção da mãe e também a conversa da menina contando sobre uma pinta que o pai possuía na genitália. A mãe levou a menina ao psicólogo e ela acabou contando sobre os abusos”, detalhou o delegado Lorenzo Pazolini, titular da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA).

DENÚNCIA

Assim que descobriu, a mãe procurou a delegacia. O inquérito policial para investigar o caso foi instaurado em maio de 2015 e encerrado em agosto.



Pai da criança confirmou os crimes quando foi detido pela Polícia Militar

Na ocasião, a Justiça não acatou o pedido de prisão do vigilante. Além do relato da menina, o próprio acusado confessou em depoimento que cometeu os estupros contra a filha.

A mãe procurou a Vara da Infância e da Juventude e conseguiu o afastamento do pai.

Em novembro de 2016, o caso foi julgado e o vigilante condenado a 20 anos de reclusão pelo crime de estupro de vulnerável.

PRISÃO

Com mandado de pri-

SURPRESO

“Ele chegou a afirmar que achava que a polícia não trabalhava em feriados e ficou surpreso. Porém, confirmou novamente o crime”

LORENZO PASOLINI
DELEGADO DA DPCA

são em mãos, policiais da DPCA foram até ao trabalho do vigilante, em um parque de Vitória, quando ele saía do expedien-

te, por volta das 6 horas da manhã da última quinta-feira.

“Ele chegou a afirmar que achava que a polícia não trabalhava em feriados e ficou surpreso. Porém, o condenado confirmou novamente o crime e disse que foram situações esporádicas”, disse o delegado.

À imprensa, o vigilante não falou sobre o crime. Disse apenas amar a filha e que estava arrependido. O acusado foi encaminhado para a Penitenciária Estadual de Vila Velha, onde cumprirá a pena.

FERNANDO MADEIRA

Pai usa câmera e flagra abusos de padrasto

O pai de uma adolescente de 13 anos que foi vítima de abuso sexual pelo padrasto em Tatuí (SP) sugeriu instalar uma câmera escondida na casa após a própria filha ter falado que o padrasto, de 25 anos, estava com “comportamento estranho” e entrava em seu quarto apenas de cueca de madrugada.

O pai afirmou que foi conversar com um amigo que é delegado aposentado e ele sugeriu colocar uma câmera escondida na casa para flagrar o rapaz entrando no quarto da filha. A câmera foi colocada na sala e, em um dia que

adolescente e o irmão dela dormiam em um colchão, o padrasto se aproxima dela, nu. Ele se senta ao lado e começa a se tocar e tenta tocar a garota.

A mãe da menina viu as imagens, avisou o ex-marido e eles registraram um boletim de ocorrência na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM).

De acordo com o delegado Silvan Renosto, todos os envolvidos já foram ouvidos. “O homem pode ser indiciado por estupro ou tentativa de estupro de vulnerável. Estamos investigando e com imagens de uma câmera de segurança”, diz.

REPRODUÇÃO INTERNET



Imagens mostraram homem abusando da adolescente

NOVIDADES NAS BRS

Câmeras para flagrar bandidos

Novo superintendente da PRF disse que 32 aparelhos ficarão em 9 pontos de rodovias, e poderão flagrar delitos e identificar criminosos

Tais de Hollanda

As rodovias federais que cortam o Estado, como a BR-101 e a BR-262, vão receber reforço para auxiliar o trabalho dos policiais rodoviários federais (PRFs). São os olhos digitais, 32 câmeras instaladas em nove pontos para flagrar delitos de trânsito e também criminosos. Elas poderão registrar até a ação de bandidos ou procurados pela Justiça.

O anúncio foi feito pelo novo superintendente da PRF no Estado, o inspetor Wylis Lyra. Ele foi nomeado ao cargo no último dia 13. A previsão é que as câmeras sejam instaladas no segundo semestre deste ano.

Na Grande Vitória serão quatro na Serra (BR-101), oito entre Cariacica e Viana (BR-262) e outras quatro em Guarapari (BR-101).

Pela BR-101, em outras cidades do Estado, serão quatro em Linhares, quatro em Cachoeiro de Itapemirim e quatro em São Mateus. Já na BR-262 serão quatro entre Ibatiba e Venda Nova do Imigrante.

“As câmeras serão estáticas, mas com alto poder de resolução para flagrarmos motoristas ao celular no volante, gente sem cinto. Conseguiremos capturar com boa resolução a placa de um veículo e um rosto dentro dele, por exemplo”.

Para os crimes, o superintendente disse que as câmeras vão

ajudar em investigações.

“Será possível identificar se o veículo roubado passou por um trecho, identificar o criminoso. Isso ajuda nas investigações. Também vai ser possível fazer o acompanhamento de rota e otimizar a busca por desaparecidos”.

O inspetor afirmou que a função dessas câmeras é diferente das que já existem. “Já existem câmeras que fazem função de radar, que tratam de excesso de velocidade e avanço de sinal. Mas essas 32 são de monitoramento e fiscalização eletrônica”.

Os equipamentos fazem parte de uma licitação do órgão para todo o País. O investimento é de R\$ 180 milhões. Serão 800 câmeras instaladas no Brasil, nos chamados pontos de monitoramento.

Outro projeto é fazer parcerias com o governo e municípios para ter acesso a câmeras próximas das rodovias federais. “Nosso projeto é integrar as câmeras para, por exemplo, controlar quem foge pela rodovia ES-010, a Rodovia do Sol, para exemplificar”.

É possível também que as câmeras se tornem radares, caso necessário. “Se notarmos índice alto de acidentes em algum ponto onde estarão essas 32 câmeras, podemos instalar radares, pois os equipamentos são preparados para essa adaptação”.

“Também vai ser possível fazer o acompanhamento de rota e otimizar a busca por desaparecidos”

Wylis Lyra, novo superintendente da Polícia Rodoviária Federal no Estado

WYLIS LYRA
assume a
superintendência
da PRF e planeja
operações
preventivas para
reduzir acidentes



Campanhas antes de feriados

O panorama nas estradas federais no Espírito Santo, pelos 15 anos de experiência do novo superintendente da PRF no Estado, o inspetor Wylis Lyra, é formado por jovens que se acidentam em dias de tempo firme e estradas com boas condições. Um dos fatores é a desatenção.

Para isso, o superintendente acredita que é necessário antecipar as campanhas de educação e conscientização no trânsito antes da ocorrência de feriados.

“Queremos fazer mais campanhas, e de preferência que sejam

dias antes dos feriados, para reforçar a mensagem na cabeça dos motoristas”, detalhou.

Ele contou que um diagnóstico do estilo de acidentes foi feito no final do ano passado, por peritos



FISCALIZAÇÃO da PRF: rotina

da PRF de Sergipe que vieram ao Estado. “Eles contaram que a combinação de curvas, de excesso de velocidade e de falta de atenção, como olhar ao celular, tem causado os acidentes”.

Capacitações e ações junto a órgãos como Polícia Militar e Civil, vão agregar ao trabalho da PRF, segundo o superintendente.

Lyra assume a superintendência após sete meses sem ninguém no cargo. O último no cargo foi Marcos Wiris Rainha. “Houve troca da diretoria-geral do órgão e o trâmite para o cargo tem várias fases”.



lximenes@redegazeta.com.br - Tel.: 3321-8521

VICTOR HUGO

Beatriz Seixas e Vilmara Fernandes (interinas)

Saindo do forno

Um acordo sobre o PDM de Vila Velha, que foi alvo de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) e chegou a ter 13 de seus artigos suspensos após decisão judicial, está sendo fechado no Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), do Tribunal de Justiça. Outro desafio do órgão é mediar o conflito que envolve a Rodosol. Novas negociações foram agendadas para as 14 horas do dia 28 de abril.

GRAND PARC RESIDENCIAL

Laudo aponta falhas em construção

Documento elaborado por perito criminal indica que estrutura de pavimento de condomínio estava fora do padrão técnico

Rayza Fontes

Condições estruturais precárias e fora do padrão técnico mínimo para construções do porte são algumas das expressões que constam no laudo pericial da estrutura do pavimento de uso comum do Grand Parc Residencial Resort, localizado na Enseada do Suá, em Vitória, que desabou no dia 19 de julho de 2016.

O desabamento da área de lazer do condomínio de luxo causou a morte do porteiro Dejair das Neves e

a destruição de cerca de 300 veículos. O laudo foi feito por um perito criminal da Polícia Civil, entretanto a assessoria da Secretaria de Estado de Segurança Pública não informou detalhes sobre o documento, que não foi oficialmente divulgado.

Segundo a conclusão do laudo, que data do dia 5 deste mês, “as partes envolvidas na construção do empreendimento, isto é, os fornecedores do produto, são responsáveis diretamente pela segurança (...) Sendo assim, respondem por todas as consequências decorrentes das não-conformidades do produto (construção) que entregaram.”

Ainda conforme o documento, os usuários da área de lazer do condomínio estavam expostos ao perigo permanentemente por causa da “situação estrutural adversa”, da laje que desabou e estava “em alta suscetibilidade à falha”.

O condomínio tem três edifícios, cada um com 29 andares. Ao todo, são 166 apartamentos, que estão inabitáveis desde o desabamento.

Uma das construtoras responsáveis pelo Grand Parc, Cyrela, informou que está colaborando integralmente para apuração dos fatos e que aguarda a divulgação oficial das perícias. A construtora Incortel foi procurada por e-mail, mas até o fechamento desta edição não deu retorno.



DESTROÇOS após desabamento

COMPROMETIMENTO

Bancos não poderão descontar consignado de conta-corrente

Instituições fazem acordo para não descontar quando os patrões não depositam o salário

RIO

⚡ Não descontar os valores dos empréstimos consignados não repassados pelos empregadores das contas-correntes dos empregados. Esse foi o acordo firmado entre os bancos Mercantil, Mercantil Financeira e Cetelem com o Ministério Público do Estado do Rio de

Janeiro (MPRJ) e a Defensoria Pública do Estado do Rio. O termo tem efeito para todo o território nacional.

Segundo os Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), as instituições se comprometem também a não incluir os nomes dos consumidores nos cadastros de restrição ao crédito, quando o empregador deixar de efetuar o repasse do empréstimo consignado.

Ao todo, MP e Defensoria entraram com ações ci-



ARQUIVO

Valor não pode ser debitado quando salário atrasa

vis públicas contra 26 bancos que previam essa prática em seus contratos de crédito consignado na 2ª Vara Empresarial da Comarca da Capital.

E a expectativa do promotor Pedro Rubim, que assinou os três TACs, é que outros bancos sigam o mesmo caminho e se comprometam a não adotar essa prática abusiva. Ele ressalta que o compromisso, na prática, garante que as instituições não farão

descontos em duplicidade de seus clientes.

O TAC prevê o pagamento de multa de R\$ 10 mil por descumprimento por cada cobrança indevida ou a cada inclusão indevida de mutuário em cadastros restritivos de crédito. O crédito será recebido em proveito do consumidor prejudicado, sem prejuízo de reparação dos danos morais e materiais.

PENALIDADE

R\$ 10 mil

Valor da multa em caso de descumprimento por cada cobrança indevida.

VITÓRIA

Famílias protestam contra reintegração de posse

« Famílias que invadiram uma área particular, entre os bairros Grande Vitória e Universitário, na Capital, fizeram uma manifestação ontem no Centro. O protesto foi por causa da reintegração de posse determinada pela Justiça. Segundo a Guarda de Vitória, cerca de 50 pessoas participaram da manifestação. Os manifestantes reclamaram de excesso de força por parte da polícia no local.

Dezenas de policiais da Companhia Independente de Missões Especiais (Ci-



Manifestação foi nas ruas do Centro da Capital

CENTRO DE DETENÇÃO PROVISÓRIA

Preso pula alambrado e foge em São Mateus

Um detento fugiu do Centro de Detenção Provisória de São Mateus, no Norte do Estado, na segunda-feira. Segundo informações passadas à PM, Wendel Pereira Ribeiro, de 23 anos, estava no pátio da unidade, onde prestava serviço na horta. Às 7h30, ele pediu para ir ao banheiro, mas na verdade pulou a parte do alambrado que não tinha cerca de proteção e fugiu sem ser notado. Os funcionários só sentiram falta do detento depois que ele já tinha conseguido escapar. Os mili-



CDP de São Mateus, de onde o detento fugiu

mesp), antigo BME, acompanharam o protesto. Segundo uma das participantes, a costureira Elisabete Almeida, de 63 anos, houve uso excessivo de força policial, com uso de gás de pimenta contra idosos e crianças.

A Polícia Militar, disse, em nota, que fez uma reunião inicial e informou que não seria autorizado o fechamento das vias. Como não foi obedecida a ordem, houve a necessidade de fazer o uso moderado da força, por meio de agentes não letais. APM informou que a manifestação não foi comunicada anteriormente às autoridades públicas e que o direito de ir e vir da população foi cerceado.

tares fizeram buscas, mas o suspeito não foi localizado. De acordo com a nota enviada pela Secretaria de Estado da Justiça (Sejus), a Corregedoria está apurando, com rigor, a fuga do interno. O fato também foi comunicado ao juiz da Vara de Execução Penal e ao Grupo Especial de Trabalho em Execução Penal (Getep), do Ministério Público Estadual, como de praxe. Quem tiver informações sobre o foragido pode ligar para o Disque -Denúncia, pelo telefone 181.

TESTES

Privilege: rede de gás não vai ser trocada



Fachada do condomínio Privilege, em Vitória

« Os testes de estanqueidade realizados nas unidades residenciais do Condomínio Privilege foram concluídos e indicaram que apenas 7,8% dos apartamentos vistoriados apresentam problemas na rede de gás.

Durante o período dos testes, dos 192 apartamentos das duas torres, 15 apresentaram necessidade de reparos na rede e seis unida-

des sofreram interferências de terceiros. Todos os demais tiveram resultados positivos, ou seja, estão com a rede de gás em estado normal, sem necessidade de troca e sem nenhum vazamento. A pedido da Metron e por determinação da Justiça, os testes foram iniciados em março por empresa indicada pelo juiz responsável pelo caso.